

A INCLUSÃO ESCOLAR DE UMA JOVEM COM PARALISIA CEREBRAL NA UNIVERSIDADE POTIGUAR: UM ESTUDO DE CASO

LUIZA ALINE LOPES RODRIGUES- UNIVERSIDADE POTIGUAR
ALEXANDRE BOSCO DA SILVA OLIVEIRA-UNIVERSIDADE POTIGUAR

luizaalr@hotmail.com
boscoalexandre@hotmail.com

Introdução

O presente projeto de pesquisa aborda o tema de inclusão escolar de uma jovem com paralisia cerebral na universidade. A palavra “incluir”, segundo o minidicionário da língua portuguesa Soares Amora (1998), significa: abranger; compreender; conter; envolver; introduzir; fazer parte. Já o vocábulo “inclusão” significa: ação ou efeito de incluir.

O ensino inclusivo é a prática de inclusão de todos, independentemente do talento, deficiência, origem social econômica ou cultural, em escolas e salas de aula provedora, onde se busca atender às necessidades dos alunos, educando todos juntos. Para conseguir realizar o ensino inclusivo, os professores em geral e especializados, bem como os recursos, devem aliar-se em um esforço unificado e consistente. (STAINBACK & STAINBACK, 1999).

A sociedade atravessou diversas fases em relação às práticas sociais voltadas para as pessoas com deficiência. Iniciou-se praticando a exclusão social de pessoas deficientes, por causa das condições diferenciadas, fazendo com que lhes parecesse não fazer parte da maioria do povo. Logo depois, a sociedade criou o atendimento segregado no interior das instituições, em seguida passou a praticar a integração social, adotando posteriormente a inclusão social, que é a filosofia em desenvolvimento nos dias atuais, para transformar os sistemas sociais gerais. Obviamente, essas etapas não aconteceram ao mesmo tempo para todos os seguimentos populacionais, ainda hoje encontramos a exclusão e a segregação em prática nos diversos grupos sociais vulneráveis. Por outro lado, vemos a mudança da tradicional integração sendo substituída, gradativamente, pela prática da inclusão. (SASSAKI, 2006).

No final dos anos 70 e começo da década de 80, muitas pessoas com deficiência começaram a ser colocadas em classes regulares por meio turno, até mesmo os muitos alunos com deficiências importantes, que nunca tinham sido atendidos. Iniciaram-se os serviços educacionais nas escolas regulares de suas comunidades. (STAINBACK & STAINBACK, 1999).

Embora exista um discurso favorável, a inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar vem acontecendo gradativamente, mesmo com dificuldades, buscando superar toda uma história de isolamento e distinção.

A encefalopatia crônica, mais conhecida como paralisia cerebral não progressiva, é uma lesão de uma ou mais partes do cérebro provocadas, muitas vezes, por falta de oxigenação nas células cerebrais. Paralisia cerebral é a intitulação que se dá a um grupo de problemas motores, que se iniciam nas fases iniciais da vida, e que é o resultado de lesões no sistema nervoso central ou problemas no desenvolvimento do cérebro antes do nascimento, ou seja, são problemas congênitos. Embora a lesão ou os

problemas no cérebro não piorem, os problemas motores podem aumentar com o passar do tempo. (LEITTE, 2009).

A pessoa com paralisia cerebral não apresenta comprometimento cognitivo, salvo se a lesão afetar áreas do cérebro responsáveis pelo pensamento e pela memória. Alguns músculos podem ser afetados com a paralisia cerebral, como, por exemplo, os músculos da face, apresentando dificuldades para se comunicar através da fala e de expressar pensamentos ou necessidades. Quando isso acontece, a pessoa com paralisia cerebral pode ser injustamente rotulada como deficiente mental ou não inteligente. (ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DO BRASIL, 2009).

A universidade inclusiva é um tema de bastante evidência nos dias de hoje, tendo em vista que pessoas com algum tipo de deficiência procuram cada vez mais cursos de nível superior. Os alunos com deficiência se deparam com algumas limitações ao chegar à universidade, por isso é preciso que esta seja capaz de eliminar ou atenuar, o máximo possível, essas limitações e de promover condições para que todos os alunos participem democraticamente do processo de ensino-aprendizagem, sem prejuízo algum. Portanto, é importante refletir sobre questões acerca do processo de inclusão nas universidades, de modo que as instituições de ensino superior estejam constantemente revendo as suas práticas com o intuito de torná-las mais adequadas à promoção da educação de todos os alunos, incluindo, obviamente, aqueles com alguma deficiência.

As instituições de ensino superior precisam estar preparadas para receber adequadamente essa nova demanda, que são os de estudantes com deficiência, bem como garantir-lhes o sucesso. Para isso eles não podem enfrentar barreiras como, dificuldades em instalações físicas ou metodologias de ensino; as instituições têm de avançar nas questões pedagógicas para que todos os alunos se beneficiem, independentemente de serem deficientes ou não ou das dificuldades que possam surgir de suas limitações. Os professores e funcionários também precisam estar capacitados para acolher o aluno com deficiência, minimizando os obstáculos, a discriminação e o preconceito.

Objetivo Geral:

Compreender como acontece a inclusão escolar na Universidade, de uma jovem com paralisia cerebral, a partir das relações sociais e do acesso ao conhecimento inserido neste contexto.

Objetivos Específicos:

- Identificar se existem dificuldades no processo de inclusão de uma aluna com paralisia cerebral na universidade. E se existir, analisar essas dificuldades;
- Diagnosticar agentes motivadores pra que a aluna se inclua no ensino superior.

I- Conhecendo a Paralisia Cerebral

A paralisia cerebral se encaixa em um tipo de deficiência do sistema nervoso central. O vocábulo “deficiência”, segundo o minidicionário Soares Amora, significa insuficiência, falta e imperfeição; já o vocábulo “deficiente”, segundo o mesmo minidicionário, significa imperfeito ou algo em que há deficiência.

O sistema nervoso central é ativado por estímulos que partem do mundo externo desde o nascimento. Estes estímulos chegam através dos exteroceptores, ou seja, dos órgãos da visão e da audição. Portanto, esses estímulos são considerados como iniciais das respostas motoras, que em seguida são guiados e controlados pelo feedback dos proprioceptores, que são os músculos, os tendões e as articulações. O sistema nervoso

central maduro e íntegro recebe uma enorme quantidade de aferências e reage com respostas variadas, permitindo a adaptação do organismo às condições diferentes e variáveis do ambiente. Melhor dizendo, os fatores sensoriais são de enorme importância no desenvolvimento de movimentos e habilidades funcionais e, também, o sistema nervoso central possui respostas motoras selecionadas e discretas em grande variedade, podendo ajustar o equilíbrio e a postura. (LIMONGI, 1998).

A paralisia cerebral é “tida como uma incapacidade neurológica causada por uma lesão nos centros motores do cérebro”. (LIMONGI, 1998, p. 39). A lesão no cérebro não acarreta somente uma perda de controle muscular funcional, mas também provoca alterações do sistema sensorial da pessoa. Essas alterações devem acontecer até os dois anos de idade, que é a fase mais importante da maturidade neurológica, na qual, também, ocorrem as principais aquisições motoras e perceptuais. Temos de considerar que a lesão no cérebro não é progressiva. Porém, ao longo do desenvolvimento físico da criança com paralisia cerebral, podem ocorrer modificações em seus padrões motores anormais apresentados, deixando sequelas por toda a vida. (LIMONGI, 1998).

Segundo Bobath ([19—]), a característica primordial dessa definição de paralisia cerebral é que a lesão afeta o cérebro imaturo e interfere na maturação do sistema nervoso central. O desenvolvimento de um bebê normal em sua totalidade, seja no âmbito físico, mental, emocional ou social, depende de sua capacidade de fazer movimentos. Esta capacidade de movimentos da criança é adquirida pela maturação gradual do controle postural com o aparecimento de reações retificadoras, respostas de equilíbrio e outras reações adaptativas. Essas respostas citadas formam o essencial da atividade específica normal do ser humano. O reconhecimento precoce da paralisia cerebral exige um conhecimento completo do desenvolvimento da coordenação motora da criança. É necessário compreender o que um bebê pode fazer em determinado tempo, se ele consegue sentar, engatinhar, rolar, qual é o estágio de sua maturação e se ele consegue ficar de pé. Qualquer diferença desses marcos citados acima pode representar um indício de paralisia cerebral. (BOBATH, [19—]).

Os tipos de paralisia cerebral são classificados de acordo com suas alterações motoras e sensoriais causadas pelas lesões que podem ser extensas ou não no cérebro. De acordo com as áreas atingidas é que se dá a classificação, como: a área piramidal – do tipo espástica; a área extrapiramidal – do tipo atetose; a área cerebelar – do tipo ataxia. (LIMONGI, 1998).

O tipo espástico demonstra a hipertonia de um caráter permanente, mesmo em descanso, variando seu grau de espasticidade, isto é, sua excitabilidade e a força de estímulo a qual é submetida em todo momento. (BOBATH, [19—]).

O tipo atáxica é muito raro e dificultoso de se reconhecer, pois é muito parecida com o diagnóstico de “bebê mole”. Isto se deve à hipotonia ocasionada pela má formação do sistema nervoso central de acordo com sua herança genética. Um fator comum é que todas as pessoas com ataxias têm um tônus postural baixo combinado com distúrbios da inervação recíproca. (BOBATH, [19—]).

O tipo atetoide possui vários fatores etiológicos. Um dos mais importantes é a incompatibilidade sanguínea do fator Rh. Esse tipo mostra o tônus postural básico que se encontra abaixo do normal e a amplitude da flutuação varia muito de caso para caso. (BOBATH, [19—]).

O “tratamento” para paralisia cerebral é um tanto enganoso. O “atendimento” parece ser um termo bem melhor, indicando não lidar apenas com a deficiência motora, mas também com a totalidade das necessidades da criança, adolescente ou adulto, que tenha essa patologia, e principalmente o estabelecimento de uma boa relação da mãe com esse filho. Uma boa fisioterapia é um aspecto muito importante, juntamente com

um programa de treinamentos dos pais, para que estes saibam lidar, da melhor maneira possível, com seu filho. (BOBATH, [19—]).

O indivíduo com paralisia cerebral precisa de um acompanhamento, desde a infância e com continuação por toda a vida. No entanto, o tratamento feito em crianças é desenvolvido de uma forma totalmente empírica, tomando por base a análise dos vários tipos de paralisia cerebral e seu desenvolvimento, partindo do apoio de dois princípios: a inibição ou supressão da atividade tônica reflexa anormal – responsável pelos níveis de hipertonia; e a “facilitação” das reações normais e altamente integradas de retificação e equilíbrio na sua seqüência de desenvolvimento. (BOBATH, [19—]).

Deve-se considerar que o tratamento tem progredido bastante nos últimos anos em termos puramente empíricos. Entretanto, os tratamentos atuais conseguiram obter uma função motora mais normal do que os que não levavam em conta a neurologia da deficiência. (BOBATH, [19—]).

II- Inclusão

A inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir pessoas com necessidades especiais em seus sistemas sociais gerais, preparando estas para assumir seus papéis, direitos e seus deveres. As pessoas ainda excluídas e a sociedade formam um processo bilateral no qual buscam parcerias de inclusão social, resolvendo problemas e solucionando a equiparação e as oportunidades para todos na sociedade. (SASSAKI, 2006).

A educação para as pessoas com deficiência, ao longo da história, passou por várias fases até chegar à atual fase de inclusão, a saber: exclusão, segregação institucional e integração. Na primeira, a sociedade ignorou as pessoas com deficiência, rejeitando-as, perseguindo, explorando e desvalorizando sua capacidade. Elas eram julgadas incapazes, frágeis e sem valor. Na segunda fase, os deficientes eram excluídos da família e da sociedade, geralmente eram atendidas por instituições com motivos filantrópicos ou religiosos com pouco ou nenhum controle sobre a qualidade do atendimento. Foi a partir desse momento que começou a surgir em vários países as instituições voluntárias, muitas delas de cunho religioso e todas com consentimento governamental, com a intitulação de “educação especial” para crianças e jovens. Então, foi nessa fase que começou o entendimento da sociedade para admitir que pessoas com deficiência pudessem produzir e receber escolarização, além de treinamento profissional. (SASSAKI, 2006). (SASSAKI, 2006).

Já na fase de integração, surgiram as primeiras classes especiais para crianças deficientes em escolas comuns, não por caridade ou bondade, mas sim por uma melhor comodidade da escola e dos professores, garantindo que essas crianças não impedissem a livre instrução adequada da maioria das crianças, ditas “normais”, matriculadas na escola. Para que existisse uma participação plena e igual de oportunidades para os deficientes na sociedade, seria necessário que esta se adaptasse àquela e não vice-versa. (SASSAKI, 2006).

Por último, a fase atual é a de inclusão, que teve seu início em países desenvolvidos como os Estados Unidos e Canadá, com classes inclusivas e escolas inclusivas. Segundo Mantoan (1997 apud SASSAKI, 2006, p. 126):

... A noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas

inclusivas propõem um modo de se construir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente aos alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A cada dia a realidade da educação inclusiva ganha mais adeptos em muitos países. É uma tendência crescente, devido às necessidades de atender a esse novo público, que procura estudar e se qualificar profissionalmente, coisa que anteriormente não faziam e que agora chegam como uma nova demanda na sociedade, nas universidades e nos campos de trabalho. (SASSAKI, 2006).

Após muitas discussões em torno da inclusão social, a pessoa com deficiência continua sofrendo pelo estigma e preconceito de sua diferença. Embora exista um discurso favorável, a inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar e no meio social vem acontecendo gradativamente mesmo com dificuldades, buscando superar toda uma história de isolamento e distinção, provocando muitos questionamentos na sociedade e, principalmente, no meio acadêmico.

III- Por uma Universidade Inclusiva

A educação é uma questão de direitos humanos para todos e as pessoas com deficiência devem fazer parte das Universidades, as quais podem mudar seu funcionamento para incluir todos os alunos, independentemente de suas dificuldades. De maneira mais ampla, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, sem diferenciação de capacidades e habilidades. No entanto, a simples inclusão de alunos com deficiência em salas de aula de ensino superior não resulta em benefícios satisfatórios de aprendizagem, mas a existência de programas adequados de inclusão funciona para todos os alunos, incluindo os sem deficiência, em termos de atividades e atitudes mutuamente desenvolvidas e positivas, proporcionando ganhos nas habilidades sociais e na vida acadêmica. A observação de alunos com diferentes tipos de deficiência por especialistas tem deixado claro que existe um avanço no aprendizado destes, até mais do que quando estavam em salas de aula segregadas. Essas experiências provam que a inclusão de alunos deficientes em salas de aula, de ensino regular não segregado, contribui para um melhor aprendizado destes nesse ambiente. (STAINBACK & STAINBACK, 1999).

Atualmente o tema universidade inclusiva é cada vez mais discutido no âmbito acadêmico científico e por especialistas, devido a sua importância e contribuição para uma sociedade inclusiva. A integração e a inclusão de estudantes com necessidades especiais nas universidades é o debate a ser compreendido, o qual não se pode aceitar que seja feito em termos voluntários e clandestinos, e sim assumindo compromisso, implantando uma política social séria e educativa. A universidade deve encarar corajosamente os seus valores e implementar práticas que viabilizem a efetiva inclusão de todos os alunos, inclusive daqueles com deficiência. (RODRIGUES, 2004).

O estudante com necessidades especiais na universidade faz parte de um processo interativo do qual se deve levar em conta suas características e solicitações com os recursos e possibilidades da instituição. Esta relação encontra-se condicionada ao reconhecimento dos direitos e deveres do aluno com necessidades especiais. Existem três direitos para a prática do ensino inclusivo na educação, são eles: o direito à educação, do qual a universidade faz parte em relação ao sistema de educação; o direito à igualdade de oportunidades, que é a chance de aproveitar as oportunidades semelhantes às dos seus

colegas sem deficiência; e, por último, o direito de participação social, que é o de usufruir de condições e equipamentos disponíveis a todos. (RODRIGUES, 2004).

Em destaque está o direito de assegurar a igualdade de oportunidades. Atente para o fato de que oferecer igualdade de oportunidades não significa tratar a todos da mesma forma, pois o tratamento normatizado e impessoal acaba por favorecer alguns e prejudicar outros. Assim, oferecer igualdade de oportunidades é tratar de forma diferente o aluno que tem alguma necessidade especial para que ele venha a ter a mesma oportunidade que os demais. Por exemplo, avaliar uma apresentação oral com tempo predeterminado pode prejudicar o aluno com paralisia cerebral que fale mais lentamente do que os seus colegas. Para que ele tenha a mesma oportunidade de demonstrar o seu conhecimento, faz-se necessário que ele disponha de maior tempo que o oferecido aos alunos que não têm dificuldade para articular a fala. A universidade precisa assegurar a todos esses direitos e refletir sobre suas condições de acesso e de sucesso que é capaz de oferecer a seus alunos, sejam estes deficientes físicos, mentais ou outros.

Esse tema sobre inclusão de deficientes nas universidades brasileiras está mais presente nos debates do que na prática. O universo acadêmico é uma das principais maneiras de incluir o jovem no meio social. É nesse ambiente universitário que e ele conhece, estuda e desvenda a vida, se preparando para entrar na vida profissional. (TEMOTEO, 2008).

Metodologia:

Trata-se de uma pesquisa natureza qualitativa, mais especificamente um Estudo de Caso. “O estudo de caso denominado Histórias de vida é uma técnica de pesquisa realizada através da avaliação de dados coletados em documentos e depoimentos orais registrado pelo pesquisador ou pelo próprio entrevistado”. (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 95).

Participante:

Uma jovem de 25 anos, identificada como C.B. que teve paralisia cerebral e apresenta dificuldades motoras importantes, porém a mesma não utiliza cadeira de rodas, não apresenta comprometimento cognitivo e ingressou na Universidade Potiguar no curso de graduação em Psicologia em 2006. Atualmente encontra-se no quarto e penúltimo ano do curso.

Procedimento:

Serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com o intuito de identificar, a partir do próprio relato da aluna, como se deu o processo de escolarização e a inserção na universidade em que estuda, quais as dificuldades e os desafios encontrados, como conseguiu superá-los, aspectos facilitadores de sua inclusão e permanência na graduação. As entrevistas serão áudio-gravadas e realizadas na própria instituição de ensino, em local reservado. Os materiais necessários para o estudo serão: gravador, lápis e papel.

Considerações finais:

Este projeto de pesquisa estava atrelado ao TCC dos autores no curso de Psicologia. No entanto, em virtude da necessidade de mudança de orientação, não foi possível enviar o projeto em tempo hábil para o Comitê de Ética. Por isso, não pudemos dar prosseguimento a esta pesquisa e tivemos que voltar nossos estudos para a pesquisa

bibliográfica. No entanto, os dados obtidos na pesquisa bibliográfica apontam para a necessidade imperiosa de se conhecer melhor a realidade prática dos alunos com paralisia cerebral no ensino superior com vistas a favorecer a sua efetiva inclusão. Esse projeto fica como uma proposta de pesquisa futura.

REFERÊNCIAS:

AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DO BRASIL. **Paralisia Cerebral**. Disponível em: <<http://www.apcb.org.br/paralisia.asp>>. Acesso em: 07 mar. 2009.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEWFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia**. 2.ed. Ampliada. São Paulo: Makron Books, 2000.

BOBATH, Karel. **Uma base neurofisiológica para o tratamento da paralisia cerebral**. 2. ed. São Paulo: Manole Ltda, [19 —].

DIAS, Maria Aparecida. **Universidade Inclusiva: expressões do corpo e possibilidades**. In: FORUM DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 1, 2009, Natal. Natal, Universidade Potiguar, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, Mário César Prudente. **Paralisia cerebral**. Disponível em: <<http://www.policlin.com.br/drpoli/130/>>. Acesso em: 07 mar. 2009.

LIMONGI, Suelly Cecilia Oliven. **Paralisia cerebral: linguagem e cognição**. 2. ed. rev., ampliada, atual. São Paulo: Pró- Fono, 1998.

PEREIRA, Marilu Mourão. A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino superior. **UNI revista**. V. 1, n. 2, Abr. 2006. Disponível em: <http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1208183558UNIrev_Pereia.pdf> Acesso em: 21 mar. 2009.

RODRIGUES, David. **A Inclusão na Universidade:** limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva. Cadernos de Educação Especial Santa Maria, n.23, 2004. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp>>. Acesso em: 05 abr. 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão/Construindo uma sociedade para todos.** 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TEMOTEO, Thaise. **A fronteira do vestibular para pessoas com deficiência.** [s.l:s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/uninclusao/fisica_8.htm>. Acesso em: 07 mar. 2009.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão Escolar:** Concepções de Professores e Alunos da Educação Regular e Especial. Campinas, [s.n], 2007. Disponível em: <<http://www.abrapee.psc.br/artigo20.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **PREX realiza Projeto Universidade Inclusiva.** Disponível em: <<http://www.ufpi.br/noticia.php?id=716>>. Acesso em: 05 abr. 2009.